

Avaliação: o processo e o produto¹

O que cabe ser avaliado na prática educativa?

Dada a forma dinâmica e interdependente do trabalho educativo, as perguntas anteriormente apresentadas despertam a atenção para a importância das condições físicas, materiais e da postura democrática dos membros da escola. Além disso, a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais.

Percebe-se que, na avaliação a ser empreendida pelo Conselho Escolar, há de se considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem, revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros.

Tendo esse panorama global do processo educativo, o Conselho Escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade.

Desta forma, todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

Para avaliar algum objeto é fundamental que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar, o que observar e, nem mesmo, o que perguntar. Assim, no acompanhamento co-responsável do desenvolvimento do processo educativo, cabe ao Conselho Escolar identificar os aspectos a serem avaliados e quais os que podem ser considerados adequados ao trabalho desenvolvido.

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar, além do “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante.

¹ FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 38-40 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII)

Dimensões e aspectos do processo educativo

Então, o Conselho Escolar precisa refletir sobre outra pergunta:

Que dimensões e aspectos podem ser considerados no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem?

Este caderno se propõe a destacar a importância do Conselho Escolar no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem que ocorre na escola e indicar alguns procedimentos para tal.

O Caderno Indicadores da Qualidade na Educação² traz uma série de indicações que podem ser úteis para a tarefa do Conselho Escolar. Apesar de não estar voltado especialmente para os Conselhos Escolares, ele foi intencionalmente agregado a este conjunto, dada a contribuição que pode trazer para o fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Como se viu anteriormente, é preciso ter uma visão global da escola e nela situar o desempenho do estudante. Certamente, o Conselho Escolar irá estabelecer os mecanismos mais adequados para esse acompanhamento. Dentre as muitas sugestões para o processo avaliativo, considera-se importante:

- a) analisar os resultados do SAEB relativos à sua escola e/ou região;
- b) explorar as avaliações já desenvolvidas internamente pela escola ou pelo seu respectivo sistema;
- c) imprimir uma avaliação própria.

Em qualquer dessas ações caberá ao Conselho Escolar identificar os aspectos contemplados nas respectivas avaliações e verificar como se situa a escola em cada um deles. Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. Além disso, importante também é identificar a responsabilidade sobre cada um dos encaminhamentos feitos, isto é, quem é o responsável pela implementação da medida proposta. Completando o panorama, é necessário estabelecer um cronograma para o desenvolvimento dessas ações, que seja possível para a escola.

Ao desenvolver uma avaliação própria, além das demandadas pelos respectivos sistemas de ensino, o Conselho Escolar acaba por estabelecer a melhor estratégia para esse acompanhamento. Vale ressaltar a necessidade de situar a abrangência da avaliação, de acordo com as possibilidades concretas da escola.

Importante destacar que o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, na sua grande maioria, somente alguns dos conhecimentos adquiridos. No entanto, mesmo que o Conselho Escolar opte por iniciar a avaliação da escola pelo

² Elaborado pela Ação Educativa, Unicef, PNUD e INEP-MEC.

desempenho discente, ele não pode perder a visão de todo o processo, estabelecendo um cronograma para as demais avaliações.

Assim, além da avaliação do desempenho dos estudantes, deve-se procurar estabelecer um cronograma que contemple as demais dimensões do processo educativo, tais como: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola e o desempenho dos educadores docentes e não-docentes.

Apenas a título de exemplificação, a avaliação promovida pela escola, com a participação ativa coordenada pelo Conselho Escolar, poderá contemplar, ou não, os aspectos abaixo:

A) Quanto ao contexto social no qual a escola está inserida:

1. Onde está situada geograficamente a escola?
2. Qual a realidade social e econômica dos estudantes e do bairro onde a escola se situa?
3. Quais os equipamentos sociais (cinemas, teatros, igrejas, áreas desportivas, centros de lazer, centros culturais, organizações sociais etc.) disponíveis nas proximidades da escola dos quais os estudantes usufruem?
4. Qual a escolaridade média da comunidade externa à escola?

B) Quanto às condições da escola para uma aprendizagem relevante:

1. Quais as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação e pela escola visando a formação continuada dos docentes e dos trabalhadores não-docentes (cursos de capacitação, coordenação pedagógica, participação em eventos, assinatura de revistas especializadas)?
2. Quais são as condições do prédio escolar (salas de aula, área para esporte, biblioteca, sala de professores, banheiros etc.)?
3. O prédio escolar está preparado para o acesso a portadores de necessidades especiais?
4. Quais são as condições (qualidade e quantidade) dos materiais didáticos disponíveis para os docentes e discentes?
5. Quais os equipamentos (computadores, filmadoras, retroprojetor, máquinas fotográficas etc.) disponíveis para o trabalho pedagógico da escola?

C) Quanto aos mecanismos utilizados na gestão democrática da escola:

1. Quais os espaços para a participação dos diversos segmentos na gestão da escola (Conselho Escolar, Reuniões de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe etc.)?
2. Qual a participação efetiva de cada um dos segmentos escolares e da comunidade local, nesses espaços de participação?
3. Qual a periodicidade com que os órgãos colegiados se reúnem?
4. Como foi elaborado o Projeto Político-Pedagógico da escola?
5. Como vem sendo implementado o Projeto Político-Pedagógico?
6. Como é feita a escolha do dirigente escolar nessa escola?
7. Como a escola vem construindo sua autonomia didática, financeira e administrativa?
8. Como a escola demonstra o respeito à pluralidade dos sujeitos sociais?

9. Como a escola demonstra a transparência de seus atos e decisões?

D) Quanto à atuação dos trabalhadores em educação no processo educativo:

1. Como são estabelecidos os conteúdos e a metodologia a serem desenvolvidos em sala de aula? O professor participa desse trabalho?
2. Os materiais didáticos existentes na escola são utilizados com frequência pelos docentes?
3. Como tem sido a participação dos docentes na coordenação pedagógica?
4. Como se desenvolve a relação professor/estudante na sala de aula?
5. Como se desenvolve a relação funcionário/estudante no espaço escolar?
6. Quais os instrumentos utilizados na avaliação dos estudantes, pela escola?
7. Como o professor trabalha com os resultados das avaliações dos estudantes?
8. Como é feita a recuperação da aprendizagem dos estudantes que demonstram baixo desempenho nas avaliações?
9. Como é utilizado o livro didático em sala de aula?
10. Como acontece a participação dos professores e dos funcionários não-docentes nas atividades globais da escola?

E) Quanto ao desempenho escolar dos estudantes:

1. As notas encaminhadas pelos professores para a secretaria da escola são resultantes de quais avaliações (provas, trabalhos individuais e coletivos, participação)?
2. Além dos aspectos informativos, quais os formativos que são levados em consideração no processo de avaliação dos estudantes?
3. Quais as notas/menções obtidas pelos estudantes no corrente ano (individualmente e por turma)?
4. Quais as disciplinas/atividades que possuem as notas/menções mais baixas?
5. Como se comportam as notas/menções de cada estudante, em relação à sua turma?
6. Como se comportam as notas/menções de cada turma, em relação às outras da mesma série?
7. Como os estudantes analisam o processo de avaliação a que estão submetidos?
8. Como a escola trabalha os dados resultantes das avaliações externas (SAEB e outras)?

Depois de se delimitarem os aspectos a serem avaliados, estabelecem-se os mecanismos e os instrumentos a serem utilizados para a coleta das informações e dados desejados.

Importante identificar qual o instrumento mais adequado para coletar cada uma das informações desejadas. Por exemplo: para obter as notas/menções dos estudantes, caberia levantar os registros da secretaria; para obter os dados sobre a ação dos professores, poderia ser aplicado um questionário a eles; para obter as informações sobre a escola, seria interessante uma entrevista com os membros da direção; para verificar a realidade social em que a escola está inserida, poder-se-ia levantar os dados junto à prefeitura e à secretaria ou órgão de educação local. Finalmente, as observações sobre a prática educativa, feita

pelos membros do Conselho Escolar, podem complementar e ampliar a visão global que se deseja obter.

Após esse trabalho inicial, poderia ser elaborado um quadro sintético para analisar os dados e as informações coletadas, que também poderiam servir para as avaliações do SAEB, e as feitas anteriormente pela escola ou pelo sistema de ensino. Nele, além da discriminação das informações necessárias à análise, são propostas as ações que podem ser desenvolvidas na escola para corrigir as lacunas e desempenhos indesejáveis, com delimitação de responsabilidade e um cronograma para acompanhamento.

Cabe enfatizar que a proposta contida [aqui] não constitui uma “receita de bolo”, nem mesmo um manual que estabelece, de fora, como o Conselho Escolar deve desenvolver o acompanhamento co-responsável do desempenho escolar. Absolutamente não! É a comunidade escolar e a local que devem estabelecer a melhor forma de desenvolver essa atividade. Assim, as especificações apresentadas servem tão-somente como sugestões para os debates a serem travados no Conselho Escolar, que subsidiarão suas deliberações. Agora, destaque também precisa ser dado à necessidade e importância desse acompanhamento por parte do Conselho Escolar, na forma e no conteúdo mais adequados à sua realidade e possibilidades.

No processo de avaliação, o Conselho Escolar precisa levar em conta: a) os resultados do SAEB; b) as avaliações já desenvolvidas pela escola ou pelo seu respectivo sistema; c) a sua própria avaliação. Delas, devem ser analisadas todas as dimensões do processo educativo: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola, o trabalho docente e o desempenho discente. Cada uma dessas dimensões possui aspectos específicos a serem avaliados. Importante verificar o desempenho da escola em cada um desses aspectos, além de propor ações para sua melhoria. Vale indicar, também, o cronograma para o desenvolvimento dessas ações e a responsabilidade dos diversos segmentos sobre cada uma delas. Muitos são os mecanismos para a coleta de dados e informações para a avaliação: entrevista, questionário e observação.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Orgs.). Políticas públicas e educação básica. São Paulo: Xamã, 2001.

ARAÚJO, Adilson César de. Gestão democrática da educação: a posição dos docentes. 2000. Dissertação (Mestrado) – PPGE, Universidade de Brasília, Brasília, 2000. Mimeografado.

AZEVEDO, Janete. Educação como política pública. São Paulo: Autores Associados, 1997. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/1996. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/legis/default.shtm> >. Acesso em: 15 out. 2004.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CURY, Carlos R. Jamil. O público e o privado no Brasil: fronteiras e perspectivas. In: OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa. Política e trabalho na escola: administração de sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

D'ÁVILA, José Luís Piôto. A crítica da escola capitalista em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

DOURADO, Luiz; COSTA, Messias. Escolha de dirigentes escolares no Brasil. Relatório de Pesquisa. Brasília: ANPAE; Fundação Ford; INEP, 1998. (Série Estudos e Pesquisas, Caderno 4).

———. O público e o privado na agenda educacional brasileira. In: FERREIRA, Naura; AGUIAR, Márcia (orgs.). Gestão da educação: impasses, alternativas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Naura (org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

GENTILLI, P.; SILVA, T. T. (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Os sistemas municipais de ensino e a nova LDB: limites e possibilidades. In: BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

———. Estado, sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras-de-ordem e novos velhos problemas. RBPAE, v. 13, n. 1, jan./jun. 1997.

———. Projeto político-pedagógico: retrato da escola em movimento. In: AGUIAR, Márcia A. (org.). Retrato da escola no Brasil. Brasília: CNTE, 2004.

LÜCK, Heloísa. Estratégia para a ação global e coletiva do ensino. Revista Gestão em Rede, Renageste/Consed, Paraná: PUC-PR, n. 3, nov. 1997.

OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa. Política e trabalho na escola: administração de sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PAIVA, Vanilda (org.). Transformação produtiva e equidade: a questão do ensino básico. São Paulo: Papyrus, 1994.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1997.

RODRIGUES, Neidson. Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

VEIGA, Ilma P. A.; Resende, Lúcia M. G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).